

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Comércio*

Class.: 156

Data: 09.05.85

Pg.: _____

Lábrea continua tensa com a morte da freira

O delegado em exercício da Funai, em Manaus, Esmeraldino das Neves, tentava, ainda na manhã de ontem, contatos com o órgão, em Porto Velho, para esclarecimentos sobre a morte da irmã Cleusa Carolina. O coordenador do Cimi, Vitor Kameyama, dirigiu-se à área do acontecimento e a entidade, em documento, fez um levantamento dos fatos, onde se refere ao comportamento da Polícia Militar local e Funai.

Na cidade de Lábrea, o clima causado pelo assassinato da irmã agostiniana Cleusa Carolina Rody Coelho, é de tristeza e temor, já que a religiosa mantinha contatos diretos com aquela população. Há o medo de que os conflitos já existentes entre índios e sociedade envolvente — onde estão incluídos fazendeiros, empresários, autoridades locais e comerciantes —, sejam acirrados ainda mais. Há uma expectativa generalizada sobre a causa do assassinato, os responsáveis e o desfecho do caso, embora muitos indícios sejam evidentes.

Dentre os órgãos diretamente responsáveis pelo desenrolar dos fatos, como é o caso da Polícia Militar do Estado e Funai, embora a área daqueles Apurinãs, esteja sob jurisdição da Funai de Porto Velho, o Cimi foi quem providenciou um relato dos fatos que precederam a tragédia.

De acordo com o documento, assinado pelo secretário geral da entidade, Egon Heck — que foi chamado ao local do conflito —, no dia 23 de abril, o índio Apurinã Raimundo Podivem, da aldeia do Arapaçu, convidou mais dois indígenas para irem até a casa do tuxaua Agostinho, na aldeia do Japiim, no bairro de Caititu, próximo à zona urbana da cidade de Lábrea. Neste bairro, com 358.300 hectares, vivem os Apurinãs.

Raimundo Podivem, já na casa de Agostinho, após haver atirado nele, na tentativa de matá-lo, matou sua mulher, Maria e um filho, Arnaldo. No dia 26, chegou a Lábrea a notícia dos assassinatos e a irmã Cleusa,

no dia 27, juntamente com o genro do tuxaua Agostinho, Raimundo Paulo, dirigiu-se ao local. No dia 28, por volta do meio-dia, encontraram uma canoa que vinha subindo e segundo, Raimundo Paulo, acompanhante da irmã morta, houve troca de tiros e o assassinato da freira, enquanto ele conseguiu fugir com um tiro na perna.

ENCONTRO

No dia primeiro de maio, uma equipe integrada pela Prelazia de Lábrea, com a participação do delegado da Funai de Porto Velho, Apoena Meireles, subiram o rio Pacia, até às proximidades da casa de Agostinho, onde avistaram uma canoa emborcada, verificando-se, depois, que era a mesma onde a irmã teria viajado. Já no dia dois, a equipe da Funai voltou para Porto Velho e a polícia, que desde os primeiros momentos foi chamada para participar do caso, alegou haver recebido ordens do Comando de Manaus para não intervir.

Na sexta-feira, dia três, Frei Jesus, com mais três voluntários, fez novas buscas, quando alertados pelos urubus próximo à canoa, encontraram o corpo já em estado adiantado de decomposição. No sábado, com a omissão novamente da Funai, os populares e Frei Jesus pressionaram a polícia e, com uma equipe integrada pelo padre, o médico do local Robson, o delegado da polícia Guimarinho mais de três policiais e voluntários, encontraram o corpo da religiosa a quatro metros de distância em que se encontrava no dia anterior. Chegando ao hospital de Lábrea, foi constatado que havia fraturamento no crânio, costelas e braço. Com grande participação popular, ainda no sábado, foi realizado o enterro da freira.

ACUSAÇÕES

No documento do secretário geral do Cimi, entre as causas básicas a considerarem com relação ao assassinato da religiosa, está a questão da terra, especialmente, com relação à produção de castanha. "Há fortes indícios de que a morte

da irmã e dos índios haja sido premeditada, inclusive com fornecimento de munição ao assassino. E se localiza dentro do contexto de eliminar a resistência com relação à coleta de castanhas do rio Piaçá, por parte dos brancos. Estranha a displicente e irresponsável atuação da Funai, no caso, que além da notória má vontade, tem assumido posições contraditórias dando a entender que se tratava de um mero caso de brigas internas entre os Apurinãs. A posição do Comando da Polícia em Manaus, proibindo seus agentes de Lábrea a prestar serviços que, por lei, lhes caberia no caso, parece refletir, senão escusas vinculações e interesses, pelo menos o nítido descumprimento do dever". Estas são algumas posições do Cimi, que diz ainda: "parece muita coincidência que o assassino, Raimundo Podivem, com vários anos de serviço na polícia e tendo feito inclusive o "treinamento de selva", em Manaus, considerado um homem calmo, tenha agido com tamanha frieza e crueldade. Irmã Cleusa sempre apoiou os Apurinãs e em especial no seu indiscutível direito à terra. Deu especial interesse ao tuxaua Agostinho e seu grupo".

TERRA

Em 83, a Funai enviou um grupo de estudo para delimitação da área indígena de Caititu e a proposta ficou em torno de trezentos mil hectares, englobando a área em que moram agricultores que trabalham na exploração da castanha. Ana Maria Paixão, integrante do grupo de estudos da Funai, aconselhou o tuxaua Agostinho para residir em Pacia, onde melhor poderia proteger os castanhais indígenas. A partir daí gerou-se um grande desentendimento na população regional, contra a proposta de delimitação. "Essa pressão vinha sendo feita por pessoas diretamente interessadas nas riquezas dessa área, como comerciantes, políticos, sendo engrossado pela prefeitura local. Nos últimos anos, no início da coleta da castanha sempre se repetiram as tensões e ameaças".